



PATRIMÔNIO IMATERIAL E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: UM OLHAR SOBRE O ARRAIAL DO PAVULAGEM, BELÉM/PA.

Maria Augusta Freitas Costa Canal ¹

Phelipe Rodrigo Corrêa de Oliveira ²

Yngrid Thayná Almeida Melo ³

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) como mediador da educação geográfica, tomando como recorte empírico o Arraial do Pavulagem, em Belém do Pará. A investigação parte da concepção de PCI como bem intangível, dinâmico e identitário, mas atravessado por contradições entre a fluidez das práticas culturais e a imobilidade demandada pelas políticas de patrimonialização. Adota-se metodologia qualitativa, com observação de campo, entrevistas com participantes e organizadores, além do acompanhamento de redes sociais, a fim de compreender a produção socioespacial do grupo cultural. Os resultados apontam que os arrastões do Arraial configuram práticas que reconfiguram o espaço urbano, articulam pertencimento e expressam contradições entre permanência, transformação e pertinência territorial. Conclui-se que tais práticas constituem instrumentos potentes de aprendizagem geográfica, ao integrar cultura, espaço e experiência coletiva, reafirmando o PCI como dimensão formativa e crítica frente às racionalidades hegemônicas da patrimonialização no Sul Global.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial, Educação Geográfica, Produção do Espaço, Identidade Territorial, Arraial do Pavulagem.

ABSTRACT

This study aims to analyze Intangible Cultural Heritage (ICH) as a mediator of geographical education, taking the Arraial do Pavulagem, in Belém do Pará, as an empirical reference. The research is based on the conception of ICH as an intangible, dynamic, and identity-based asset, yet marked by contradictions between the fluidity of cultural practices and the immobility required by heritage policies. A qualitative methodology was adopted, including field observation, interviews with participants and organizers, and monitoring of social media platforms, in order to understand the socio-spatial production of the cultural group. The results indicate that the Arraial's "arrastões" reconfigure urban space, foster belonging, and express contradictions between permanence, transformation, and territorial relevance. It is concluded that such practices constitute powerful instruments for geographical learning, by integrating culture, space, and collective experience, reaffirming ICH as a formative and critical dimension in the face of hegemonic rationalities of heritage-making in the Global South.

Keywords: Intangible Cultural Heritage, Geographical Education, Production of Space, Territorial Identity, Arraial do Pavulagem.

INTRODUÇÃO

¹Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, augustageotur@gmail.com;

²Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, phellip.rodrigo@gmail.com;

³Bolsista PIBIC do Curso de Turismo da Universidade Federal do Pará - UFPA, yngrid.melo14@gmail.com;



A concepção de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) é envolta a bens de natureza intangível de alta dinamicidade e baixa materialidade, sendo engendrada ingerência Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Sob essa concepção, o PCI se apresenta como um bem em constate modificação sócio-histórico-ambiental com forte vinculação identitária e manutenção de grupos e comunidades. Portanto, esse patrimônio, carrega a contradição de ser atrelado ao dinamismo da cultura popular e indolência inerente à demanda de permanência/imobilidade de bens patrimonializados, o que imprime vulnerabilidade à pertinência socioespacial aos grupos que produzem o bem, fragilidade à salvaguarda do patrimônio com elevada mercantilização (CASTAÑO, HERNANDEZ, 2016, ESPESO-MOLINERO, 2019). O patrimônio intangível brasileiro acomodou a transição das concepções de folclore para “cultura popular tradicional” e, posteriormente, a patrimônio imaterial e sua normatização com ênfase nas manifestações culturais populares, saberes e fazeres de comunidades (BEZERRA, BARBALHO, 2015).

A patrimonialização mundial se baseia numa lógica de reprodutividade hierárquica dos bens culturais listados atrelados ao neoliberalismo do norte global (CASTAÑO, HERNANDEZ, 2016). Na Amazonia Oriental Brasileira o registro do PCI tem sido importante vetor da racionalidade/mentalidade neoliberal e demonstrado ineficiência “práticas solúveis da periferização no Sul Global dos bens da UNESCO” (CANAL, 2024, p.55). Nesse contexto, há forte viés de negligência do cotidiano do patrimônio cultural construído por quem faz/pratica o bem cultural, em especial, aquele intangível. O cotidiano da produção socioespacial do PCI articula sujeitos e atores que evidenciam práticas e conhecimentos geográficos pelo/com/no cotidiano de seus ambientes. Logo, compreende-se que essas práticas precisam ser analisadas como “instrumento educacional” (CALLAI, 2018), como um mediador corroborativo à aprendizagem envolvendo a ação prática de aprendizagem e a pesquisa científica como compromisso ético-político (BROCK, 2016, AIRES, 2019).

No âmbito educacional patrimonial já há perspectivas para o bem material patrimonializado, porém, em relação ao PCI, isso é inexpressivo. Assim, entender grupos culturais populares patrimonializados em/pela produção de seus espaços permite uma forma de produção e acesso de conhecimento significativo como imensa capacidade educativa e de experiência, o que, segundo Callai (2018), configura o próprio sentido de educação geográfica. Sob essa ótica, a educação geográfica deve incorrer na promoção da dignidade humana articulando a espaços produzidos como meio, reflexo e condição (SANTOS, 2007) de comportamento dos sujeitos capazes de compreender e se posicionar diante de lógicas e



racionalidades impostas. O Arraial do Pavulagem, configurado na área central da cidade de Belém, na Amazônia Oriental brasileira, é um desses grupos culturais cujas expressões e fazeres são PCI em escala local, nacional e mundial.

Destarte, tomando o Arraial do Pavulagem como recorte metodológico, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa (com trabalhos de campo, entrevistas com participantes e organizadores, monitoramento de plataformas e redes sociais) procurando entender como grupo cultural ao produzir o espaço produz conhecimento e aprendizagem com/sobre o espaço. Os resultados indicam ser a produção espacial do Arraial do Pavulagem um mediador da educação geográfica pela *práxis* que de processos contraditórios de permanência/persistência/pertinência de expressões culturais em ruas de centros urbanos com áreas turísticas, sendo os fazeres de seus arrastões elementos robustos à aprendizagem significativa da noção de meio-reflexo-condição do espaço social, além de permitir construir conhecimento comprometido com os sujeitos detentores de bens patrimonializados.

METODOLOGIA

Partindo de um modelo teórico interpretativo crítico/geográfico (GOMES, 2000) e seguindo as direções de Becker (1993) e Minayo (2001), assumimos a abordagem metodológica qualitativa (levantamento/tratamento/sistematização), logo, nossos resultados foram analisados por uma perspectiva não numérico-estatística. Como recorte metodológico foram realizadas (pelos integrantes do grupo de pesquisa⁴): análise documental (GODOY, 1995) dos projetos de lei de patrimonialização e do Instituto Arraial do Pavulagem; monitoramento de plataformas e redes sociais (VIMIEIRO, BARGAS, 2019) governamentais de turismo e cultura, e do Arraial entre abril de 2020-2025; e trabalhos de campo (MINAYO, 2001) com instrumento de observação dirigida aplicado em outubro de 2021 e de 2024, em junho/julho de 2023, e entrevistas semiestruturadas com roteiro dirigido para 3 representantes da organização do Arraial do Pavulagem e para 470 participantes do Arrastão do Pavulagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação geográfica pelo/no patrimônio cultural imaterial

⁴ Grupo de pesquisa Turismo, Festa e Territorialidade humana na Amazônia brasileira (ICSA/UFPA), recorte metodológico e dados derivados de três projetos de pesquisas realizados no âmbito do grupo entre 2021 e 2025.



A distinção entre ensino de geografia e educação geográfica é fundamental para compreender os alcances formativos que a disciplina pode assumir. Enquanto o ensino de geografia se insere principalmente no contexto escolar, seguindo diretrizes curriculares e conteúdos previamente estabelecidos, a educação geográfica ultrapassa as fronteiras da sala de aula, constituindo-se como um processo formativo amplo que se realiza em diferentes espaços da vida social. Para Callai (2018), a educação geográfica envolve a abordagem dos conteúdos da geografia no processo de ensino-aprendizagem, mas vai além da memorização de informações: trata-se da construção de um saber que possibilita ao indivíduo compreender o mundo em que vive e situar-se nele de maneira crítica. Nesse trabalho, adotamos a distinção proposta por Brock (2016), segundo a qual a educação informal corresponde a processos de aprendizagem difusa e contínua ao longo da vida, e a educação não escolar se refere a contextos intencionais de formação que ocorrem fora do ambiente escolar, como festas populares, movimentos sociais e práticas culturais urbanas. Brock (2016) conceitua a educação informal como um processo que ocorre ao longo da vida, em que cada indivíduo adquire valores, habilidades e conhecimentos fora da escola.

De acordo com Nascimento *et al* (2021), existe uma complexidade em discutir a educação em ambientes não-escolares ou não formais, especialmente, por envolver múltiplas dimensões de espaços sociais como organizações políticas, profissionais, científicas, culturais, agências formativas para grupos sociais etc. Segundo os autores, é possível pensar a educação geográfica nesses ambientes como práticas processuais intencionais que envolve aprendizagens e conhecimentos a partir da cultura dos indivíduos e dos grupos e da problematização da vida cotidiana. Como assesta Callai (2025), a educação geográfica é sobre maneira conhecimento do mundo *pelo* mundo, o que permite pensar que essa educação é, por excelência, uma educação “não formal”, pois segundo a autora, ela é: “um dos caminhos para estudar e compreender o mundo, sempre numa perspectiva para, observando os espaços, entender realidade e compreender como vivem as pessoas ao produzirem os espaços. Espaços que são os lugares como a cidade, o bairro” (CALLAI, 2025, p.4). Dessa maneira, para Callai (2018), o processo de aprendizagem precisa partir da consciência da época em que vivemos, possibilitando a compreensão da inserção de cada pessoa na sociedade e no mundo. Assim, a educação geográfica não é apenas transmissão de conteúdos, mas sobretudo formação crítica.

A Geografia, com suas categorias centrais – espaço, território, lugar, paisagem e região –, atravessa diretamente as práticas culturais imateriais. Contudo, ainda predomina o olhar para o patrimônio visível, deixando em segundo plano manifestações como festas populares, rituais e saberes tradicionais. É justamente nesse campo que a educação geográfica pode contribuir,



ao ampliar o horizonte da educação patrimonial e incorporar manifestações culturais urbanas como campos legítimos de aprendizagem espacial (SCIFONI, 2016). A formação cidadã é um dos eixos centrais da educação geográfica. Para Callai (2018, p. 10), “educação e cidadania têm que proporcionar a bagagem conceitual e os recursos necessários para compreender a natureza dos problemas e buscar soluções fazendo frente ao incerto”. A educação geográfica deve, portanto, oferecer aos sujeitos as condições para que se tornem cidadãos ativos, comprometidos com a responsabilidade coletiva e com a transformação da realidade. Nesse mesmo sentido, como analisa Callai (2018), a cidadania envolve identidade, pertencimento e consciência de responsabilidade social.

Para AIRES, (2019), existem geografias da educação e da aprendizagem, e essas devem considerar não apenas a escola, mas também ambientes informais como casas, bairros, organizações comunitárias e espaços de trabalho. Ou seja, conforme analisa o autor, ao incorporar as dimensões do cotidiano espacial, as práticas educativas possibilitam efeitos como: cognitivo-conceitual, sensório-afetivo, ético-político, e espacial-corpóreo pela mobilização de categorias da geografia em interações com emoções, memórias e apego capazes de fortalecer o exercício da cidadania e da solidariedade em múltiplos ambientes sociais. Logo, a compreensão abstrata do espaço como meio, reflexo e condição social se converte em lógica racional a partir da prática cotidiana pela/na base do real, a partir do que aparece conhecimentos sobre o espaço enquanto produto e produtor dos meios pelos quais se estabelece a vida, que reflete práticas históricas/temporais da sociedade que o constrói e que, assim, condiciona práticas e agir grupos sociais que o conformam. O que permite ponderar, conforme indica Callai (2018), sobre o conceito de espaço que se constitui por processos espaço-temporais que envolvem tanto dimensões materiais quanto imateriais.

Nessa perspectiva, o PCI permite pensar práticas que, como indica Scifoni (2016), supere a simples transmissão de informações sobre a cultura e avance à coexistência entre a vivência cultural e educativa como formação de uma consciência crítica que reconheça as pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura. Logo, como indica Gonçalves (2015), todo patrimônio cultural antes de se exprimir como identidades revela os: “meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva. O debate sobre os patrimônios não deve, portanto, do ponto de vista analítico, limitar-se às tarefas de descobrir, defender e preservar “identidades” supostamente dadas (GONÇALVES, 2015, p. 2013). Como inferimos de Espeso-Molinero (2019), o registro de PCI não diverge do que se detectou na concepção ocidental do tombamento do bem material, ou seja, a configuração de uma alegoria passível de ser usufruída pelo consumo monetário da visitação e do turismo, o que acaba por reforça



elementos historicizados e eventos memoráveis socialmente cancelados como herança cultural de um grupo apto a entreter e fascinar. Segundo Mendoza (2020), o patrimônio imaterial revela manifestações da vida cotidiana elencadas como tradições culturais aptas a transmissão e preservação às gerações futuras, ou seja, aquelas de dimensão patrimonial intangível muitas vezes registradas como PCI nos livros de: Saberes, Formas e Expressões, Celebrações e Lugares.

Como ressalta a autora, enquanto tradição, todo PCI é representação de processos sociais submetidos a invenções e reinvenções e, portanto, imerso em transformações e contradições dado o grau de liberdades individuais e coletivas dos grupos que detém o PCI. Assim, de acordo com a autora, o PCI resulta de interações entre o local de suas práticas e os significados e sentidos em determinado tempo e espaço em que subjetividades e coletividades promovem mudanças e permanências tencionados por processos socioculturais e econômicos. Portanto, trabalhar o patrimônio imaterial sob a ótica da educação geográfica significa não apenas valorizar manifestações culturais. Mais do que preservar objetos e práticas como relíquias, trata-se de promover a formação de uma consciência crítica que reconheça as pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura. Essa formulação dialoga diretamente com Callai (2018), que entende a educação geográfica como saber construído no cotidiano, capaz de situar o indivíduo no mundo de forma crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As expressões e fazeres do Arraial do Pavulagem remete às folias juninas populares que percorriam as ruas da cidade desde o século XVI e as práticas culturais de boi-bumbá, presente na região desde o século XVIII. Essas folias permanecem até aproximadamente a década de 1980 com procissões bailadas e exibições/performance em teatros, praças públicas e clubes belenenses, que aconteciam intensamente até o final do mês de junho, principalmente, no centro da cidade, sendo essas vivências estendidas até o Arraial do Círio de Nazaré (em outubro) (LARÊDO, 2003, BAENA, 2004, SALLES, 1994). A principal expressão do Arraial do Pavulagem configura-se por cortejos dançantes designados *Arrastões*, nomeados a partir de suas principais esculturas/alegorias/performance. Dentre os quatro *Arrastões* realizados anualmente, apenas um é realizado fora do centro de Belém que, segundo Canal *et al* (2024), configura-se como principal área turística da capital paraense. Nessa área, despontam os *Arrastões do Pavulagem* (realizado aos domingos entre junho-julho) e *do Círio* (realizado no



sábado véspera do Círio de Nazaré em outubro) que imprimem um maior fluxo de visitação/participação nos cortejos e nas ruas do centro da cidade.

O *Arrastão do Círio* registrado em 2004 como Patrimônio Mundial da UNESCO no Livro de Celebrações como expressão associada ao Círio de Nazaré e o *Arrastão do Pavulagem* registrado em 2024 como Patrimônio Brasileiro do IPHAN, configuram como princípio e atributo à patrimonialização do Arraial do Pavulagem como PCI, sendo esse, ainda, submetido a patrimonializações municipais e estaduais, ambas, iniciativas diretas de propostas políticas (CANAL ET AL, 2024). Enquanto bem associado /ou engendrado por projetos de lei dirigidos diretamente por políticos, essas patrimonializações inviabilizam a prerrogativa direta de projetos de salvaguarda institucionais que promovam aquilo que a Constituição de 1988 reconheceu como necessários a permanência de valores gerados no interior da própria comunidade/grupo social. Nessa perspectiva, o PCI Arraial do Pavulagem também se enquadra no horizonte da Portaria 137/2016 do IPHAN propõe a integração das práticas educativas ao cotidiano e associa os bens culturais aos espaços de vida das pessoas.

Contudo, a manutenção e práticas de persistências e permanências do Arraial no centro histórico e principal área turística de Belém, segundo seus organizadores, derivam da deriva da comercialização de produtos com a marca do Pavulagem e da participação em editais e convênios com empresas e governos baseados nas Leis SEMEAR/ROUANET. E, em relação a práticas educativas patrimoniais, o Arraial sofre da mesma ausência que os demais bens imateriais encontrados na cidade de Belém, onde as poucas ações de educação patrimonial são voltadas aos bens imateriais. O Arraial, ao mesmo tempo em que afirma a cultura popular, também se insere em disputas com o turismo, o comércio e a logística urbana, evidenciando tensões entre usos e interesses diversos no centro histórico de Belém (figura 1). Questões como mercantilização, turistificação e regulação do espaço público coexistem com a vivência cultural e educativa. Para seus organizadores, o reconhecimento como patrimônio institucional é relevante para garantir o regramento do espaço público, pois são constantes as tensões em relação ao uso desses espaços pelos cortejos dos arrastões.



Figura 1: As ruas e a forma do cortejo do arrastão em um domingo de junho em Belém/Pa



Fotos: CANAL, M. A. F. C., CORREA, J. dos Santos, SOUZA, F. S. de. **Fonte:** Trabalhos de Campo, jun./jul. 2023, realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa Festa Turismo e Territorialidades Amazônicas (FESTTERAM).

A figura 1 apresenta aspectos do cortejo de aproximadamente 1 km percorrido pelo Arraial durante a condução do Arrastão do Pavulagem que tem seu trajeto definido entre a Praça da República, onde os participantes se reúnem na parte frontal do Teatro da Paz para a Roda Cantada com os músicos do grupo, e a Praça Waldemar Henrique, onde são realizados shows musicais. Como demonstram as fotos da figura 1, o arrastão ocupa as ruas (a Av. Presidente Vargas e a Av. Municipalidade), com os participantes/visitantes acompanhando os 1.100 integrantes que formam, como declaram os organizadores do arrastão: “o coração do Arraial”, ou seja, o grupo de músicos, percussionistas, pernaltas e performantes – incluído o Boi Malhadinho e Azul, denominado de Batalhão da Estrela. Nas fotos dessa figura, também é



possível observar os Bois Pavulagem e Malhadinho acompanhados da banda e músicos durante performance na parte central do trajeto do arrastão na Avenida Presidente Vargas. Sendo esses espaços tidos como veículos de sentido do patrimônio ao grupo, posto que, como relatam os entrevistados, são eles os “canalizadores da emoção” em “espetáculo de rua” e “exercício de devoção popular” que amplificam esse reconhecimento à cidade como todo e dimensionam o patrimônio de Belém.

Conforme o Serviço de Segurança Pública local, estima-se em média a participação de 35 mil pessoas por dia de arrastão. No universo das entrevistas qualitativas realizadas, a Região Metropolitana de Belém corresponde com mais de 88% de representação em termos de local de origem entre os participantes/visitantes e Belém concentra mais da metade desse índice, com destaque para moradores de bairros populosos e com baixa infraestrutura como Guamá, Pedreira, Coqueiro e Cruzeiro (figura 02). Assim, pode-se afirmar que o Arrastão do Pavulagem movimenta áreas periféricas da Região Metropolitana de Belém, atraindo predominantemente, dessa área, fluxos locais belenenses. E, que a relevância cultural desse arrastão é apontada por aproximadamente 55% dos entrevistados como motivação (direta e indireta) para participar e visitar os cortejos no período festivo junino.

Nas falas e narrativas de quem participa, marcadamente aparecem menções sobre “poucas oportunidades de curtir o São João”, “alegria e animação”, “comidas típicas e festa”, “coisa linda”. Entre os organizadores do Arraial do Pavulagem é comum se auto intitulem de colaboradores e brincantes, os dirigentes estão no grupo desde sua origem e seus relatos destacam a montagem e execução do *Arrastão do Círio* como momentos marcantes, por ser um acontecimento único anualmente e por estarem “em contato com N. Sra. de Nazaré”. Assim como, enfatizam o “âmbito musical”, “aprendizagem no coletivo”, “experiência de vida”, a importância que o grupo dá aos contatos e relações intergeracionais (especialmente com as crianças) e a ocupação e permanência da/nas ruas. Portanto, reconhecer e valorizar o Arraial do Pavulagem como patrimônio cultural imaterial significa compreender que ele desempenha um papel análogo ao das lembranças individuais – é a memória coletiva de um grupo que precisa ser mantida viva para sustentar sua identidade e projetar seu futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o Arraial do Pavulagem mostra como suas práticas culturais cotidianas permitem a produção de conhecimento e aprendizagem geográfica, reforçando a noção de meio-reflexo-condição do espaço. As ruas do centro de Belém, utilizadas para festejos



populares, traduzem resquícios de práticas culturais urbanas, ressignificadas pelos arrastões do Arraial, conectando espaços centrais a sujeitos de áreas periféricas da cidade. Esse meio reflete as condições socioespaciais atuais de imposição da lógica comercial e turística, da racionalidade, veiculadas por parcerias público-privado, e a validação da cultura patrimonializada, o que se engendra com maior ênfase em seus arrastões. Isso vai se traduzir no modo contraditório com que o Arraial tenta manter suas ações enquanto conteúdo espacial da/pela rua como continuidade de expressões culturais enraizadas na cidade, inserindo, continuamente, seus fazeres em processos de rupturas através de práticas comerciais, interações turísticas e veiculação de parcerias público-privadas.

Ressalta-se que isso intensifica e é intensificado da apropriação do cotidiano do Arraial evidenciado pelos/nos seus arrastões quanto mais são institucionalizados enquanto PCI. Portanto, reconhecer e valorizar o Arraial do Pavulagem como patrimônio cultural imaterial significa compreender que ele desempenha um papel análogo ao das lembranças individuais – é a memória coletiva de um grupo que precisa ser mantida viva para sustentar sua identidade e projetar seu futuro. A análise da prática espacial do Arraial evidencia como o cotidiano urbano pode ser mediador de uma educação geográfica crítica, formando sujeitos capazes de compreender e se posicionar frente às racionalidades e imposições contemporâneas. Questões como mercantilização, turistificação e regulação do espaço público coexistem com a vivência cultural e educativa aparece com vigor quanto mais se aproxima da base do real e do cotidiano do Arraial do Pavulagem. O Arraial, ao mesmo tempo em que afirma a cultura popular, também se insere em disputas com o turismo, o comércio e a logística urbana, evidenciando tensões entre usos e interesses diversos no centro histórico de Belém, o que possibilita a construção de práticas educativas enraizada pelo conhecimento do/no/pelo espaço e sua prática sociocultural.

REFERÊNCIAS

AIRES, Rosilene. O Cotidiano e a Pluralidade Cultural Cearense: narrativas de um contexto formativo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 9, n. 18, p. 290-303, jul./dez. 2019.

BAENA, A. L. M. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1993.



BEZERRA, Jocastra, BARBALHO, Alexandre. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. In: pragMATIZES – **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, ano 5, n.8, out/2014 a mar/2015.

BROCK, Colin. **Geography of Education**, space and location in the study of education. Londres: Bloomsbury Academic, 2016.

CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica para a Formação Cidadã. **Rev. geogr. Norte Gd.**, Santiago, Chile, n. 70, set. 2018.

_____. Educação geográfica para a formação humana. **Revista Amazônica sobre Educação**, v.4, n. 2, 2025, p.3-23

CANAL, Maria Augusta Freitas C., BARRETO, Elcivânia de Oliveira, CASTRO, Milene de Cássia Santos de. [Cultural heritage and flexibilization of touristic production in the eastern Brazilian Amazon](#). **Via Turism**, n. 26, 2024. <https://doi.org/10.4000/130r8>

CASTAÑO MADROÑAL, Angeles; HERNÁNDEZ LEÓN, Elodia. As políticas patrimoniais da UNESCO na geopolítica de colonialidades globais e a emergência de novos sentidos de interculturalidade do património na Andaluzia. **OPSIS**, Goiânia, v.16 n.1, p.131-152, 2016. DOI: 10.5216/o.v16i1.37021.

ESPESO-MOLINERO, Pilar. Tendencias del turismo cultural. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Alicante-Espanha, v.17, n. 6, p. 1101-1112, 2019.

GONÇALVEZ, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, n.55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GODOY, Ana Simoni. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 29 abr. 2016, sec. 1, n. 81, p. 06.

LARÊDO, Salomão. Palácio dos Bares – Buate Condor – recanto encantado da cidade morena à margens do lendário rio Guamá. – Bar da Condor – poemas salientes, memória social/emocional, depoimentos. Salomão Larêdo Editora, Belém, 2003. p. 335-336.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDOÇA, Elizabete de Castro. Museu, patrimônio imaterial e performance: desafios dos processos de documentação para a salvaguarda de bens registrado. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 18, 2020, p. 177–208.



NASCIMENTO, Francisleile Lima *et al.* Paisagens da margem direita do Rio Branco no perímetro urbano de Boa Vista-RR: espaços não formais para o ensino de geografia. **Rev.Elet. Educação Geográfica em Foco**. Ano 5, Nº.9, abril de 2021.

VIMIEIRO, Ana Carolina, BARGAS, Janine de Kássia Rocha. O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, mai-ago de 2019.

SALLES, Vicente. **Épocas do teatro no Grão-Pará ou Apresentação do teatro de época**. Belém: UFPA, 1994. v. 2.

SANTOS, MILTON. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5–16, 2016. DOI: 10.12957/teias.2017.25231. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25231>. Acesso em: 31 ago. 2025.